



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007806-48.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Indenização por Dano Moral**
 Exequente: **Pedro Sergio Luchiari Me**
 Executado: **'Banco do Brasil S/A**

Juiz de Direito: Dr. **PAULO LUIS APARECIDO TREVISO**

Vistos.

1. Trata-se de impugnação ao cumprimento de sentença interposta pelo banco/impugnante alegando excesso de execução em relação ao valor bloqueado via sistema do bacenjud. O fato teria ocorrido ante a não observação, pelo Juízo, do depósito realizado pela Instituição Financeira à fl. 58, ensejando o pagamento dúplice, inclusive com os acréscimos da multa e dos honorários previstos no art. 523, § 1º CPC.

Ante tais fatos, requereu o reconhecimento do excesso na execução, para que seja levantado pelo exequente apenas a quantia que lhe cabe, de R\$23.372,62, com o consequente levantamento do valor bloqueado e sua extinção.

Traçada as devidas considerações, passo a decidir.

2. Razão assiste ao banco, porém com ressalvas.

Em que pese o impugnante ter efetuado o pagamento do débito dentro do prazo estipulado de quinze (15) dias da publicação da decisão de fls. 50, não se preocupou em comprovar nos autos tal depósito, fazendo-o apenas no dia 31 de julho passado, ou seja, nove dias após a data do efetivo pagamento, ocorrido em 18/07/2018. Tal assertiva é que teria levado o exequente, assim como o Juízo, ao equívoco do pedido de fls. 53/54 e a determinação do bloqueio *on line* (fl. 63).

3. A respeito, houve o recolhimento das custas pelo impugnado, de fl. 55/56, cujo ressarcimento deverá ficar à cargo do banco.

Isto posto, **ACOLHO** a impugnação do banco para que seja liberado em favor do exequente a quantia depositada à fl. 58. Como houve a transferência do valor bloqueado para conta judicial (fl. 69/72), determino que a quantia seja devolvida ao banco, descontando-se o valor de R\$30,00, conforme acima referido, bem ainda o valor da taxa judiciária final. Para tanto, expeçam-se guias de levantamento. Cada parte arcará com os honorários dos seus respectivos patronos.

4. No mais, estando a obrigação satisfeita, julgo extinta esta execução de sentença nos termos do art. 924, inc. II do CPC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa definitiva.

P.I.

Araraquara, 27 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**